

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.947 - RS (2019/0267718-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : FABIO DA COSTA NERY - RS046013
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : NILSON RICARDO RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar impetrado em favor de NILSON RICARDO RODRIGUES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul nos Embargos Infringentes e de Nulidade no Agravo em Execução Penal n. 0154331-66.2019.8.21.7000.

Consta dos autos que o Juízo da execução, ao conceder ao sentenciado a progressão ao regime semiaberto, também deferiu a “saída especial”, com inclusão no programa de monitoramento eletrônico, sob o fundamento de ausência de vagas em estabelecimento prisional adequado ao regime imposto (e-STJ fls. 59-62).

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução ao qual o Tribunal de origem deu provimento, por maioria, para revogar a prisão domiciliar concedida ao sentenciado (e-STJ fls. 93-102).

Os embargos infringentes e de nulidade opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 127-146).

No presente *writ*, a parte impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da revogação da saída especial com monitoração eletrônica, sob o argumento de que o acórdão impugnado determinou o recolhimento do paciente em estabelecimento prisional incompatível com o regime semiaberto, “*porquanto será submetida a celas superlotadas, insalubres, sujeita ao convívio com presos em regime mais rigoroso, comprometendo de maneira irreparável a sua reinserção social*” (e-STJ fl. 6).

Argumenta que o paciente faz jus à saída antecipada em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, nos termos da Súmula Vinculante n. 56/STF, uma vez que no sistema prisional gaúcho, mesmo após a observância dos parâmetros fixados no RE n. 641.320, segue inexistindo vagas em estabelecimentos adequados para os sentenciados dos regimes semiaberto e aberto.

Requer, ao final, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja restabelecida a decisão de primeiro grau que deferiu ao reeducando a saída especial na forma de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 153-154).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 158-206).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 222-227).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Infere-se dos autos que ao analisar o recurso de agravo em execução, o Tribunal de origem cassou o benefício da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico concedido ao sentenciado pelo Juízo de primeiro grau, decisão mantida no julgamento dos embargos infringentes e de nulidade, com amparo na seguinte fundamentação (e-STJ fls. 133-136):

Com efeito, revendo meu posicionamento a respeito do tema, passo a me coadunar com o entendimento de que, não obstante a Súmula Vinculante nº 56, do STF, tenha determinado que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do apenado em regime prisional mais gravoso do que o devido - o que, em tese, permitiria, de imediato, a colocação do preso em prisão domiciliar (nas hipóteses em que não houver vaga no regime adequado) -, a mesma Súmula Vinculante em comento também determinou a obrigatoriedade de observar-se os parâmetros fixados no Recurso Extraordinário nº 641.320.

Ocorre que a observância aos parâmetros dispostos no referido julgado, na maioria dos casos, não vem ocorrendo, constatando-se, em verdade, que a prisão domiciliar mediante inclusão em sistema de monitoramento eletrônico vem sendo aplicada de forma imediata pelos juízos da execução, sempre que constatada a ausência de vaga para cumprimento de pena no regime adequado.

Diante disso, a despeito de ser um direito do apenado cumprir a sua pena em estabelecimento prisional compatível com o regime de pena que lhe foi fixado, não podendo o mesmo ser penalizado pela insuficiência do sistema prisional brasileiro, também soa desarrazoado amenizar o problema da insuficiência de vagas no sistema prisional com a pura e simples colocação dos apenados que acabam de progredir ao regime semiaberto em prisão domiciliar.

[...]

Mostra-se necessário, portanto, que de forma prévia à

Superior Tribunal de Justiça

colocação dos apenados em prisão domiciliar, sejam observados os parâmetros previstos no Recurso Extraordinário nº 641.320, o que não se constata no caso em tela.

Filio-me, pois, ao voto majoritário proposto pelo colega Sylvio, que cassava a prisão domiciliar concedida ao réu, por não terem sido observadas as diretrizes expostas no julgamento do Recurso Extraordinário nº 641.320, com a consequente rejeição dos presentes embargos infringentes.

Com efeito, a concessão da prisão domiciliar nas hipóteses como a retratada nos autos depende da observância dos parâmetros fixados no RE n. 641.320/RS, que firmou entendimento de que o recolhimento domiciliar não deve ser concedido como primeira opção, mas deve ser precedida da adoção de medidas tendentes a evitar “*prejuízo aos executados que já estariam, há mais tempo, cumprindo pena em determinado regime e que devem ser beneficiados, prioritariamente, com a saída antecipada*” (HC 500.915/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 03/06/2019).

O Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG pela Terceira Seção, assentou a inviabilidade de se conceder a prisão domiciliar, como primeira opção, sem a prévia observância dos parâmetros traçados no RE n. 641.320/RS.

Decidiu esta Corte Superior, por decisão unânime, que “*a inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto*” (REsp 1710674/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 03/09/2018; sem grifos no original).

Seguindo essa linha de entendimento:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME SEMIABERTO. SAÍDA ANTECIPADA. PRISÃO DOMICILIAR. ALEGADA AUSÊNCIA DE VAGAS EM LOCAL ADEQUADO. NÃO CABIMENTO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS ORIENTAÇÕES DA SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF, DO RE N. 641.320/STF E DO RESP N. 1.710.674/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

I - O col. Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante n. 56 com a seguinte redação: "A falta de vagas em estabelecimento prisional não autoriza a manutenção do preso em regime mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros do Recurso Extraordinário 641.320."

II - A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG, no rito dos recursos repetitivos (Tema 993), Relator o insigne Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, assentou a tese de que "A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante nº 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE nº 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto."

III - No caso concreto, verifica-se que o eg. Tribunal a quo entendeu não estar comprovado que o paciente se encontra em local inadequado para o cumprimento da pena em regime semiaberto. Além disso, consignou que a eg. Corte local tem decidido de forma reiterada que o referido presídio tem espaço exclusivo para os segregados do regime intermediário, com benefícios inerentes a tal regime prisional, bem como não há nos autos situação excepcional que justifique a concessão da prisão domiciliar para o resgate da reprimenda.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 510.223/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 17/06/2019)

Desta feita, em situações como a retratada no presente feito, não seria cabível a concessão da prisão domiciliar como primeira opção antes de se proceder a prévia observância dos parâmetros traçados no RE n. 641.320/RS.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece do habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator